

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DO BRASIL

Class.: 1003

Data 26/02/86

Pg.: \_\_\_\_\_

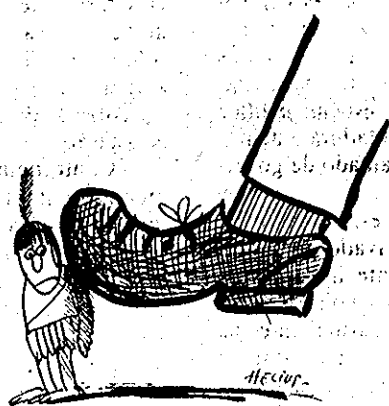
## Funai

Venho protestar contra a maneira com que o governo Sarney lida com a questão indígena. A Funai, seus presidentes e suas histórias de insucesso não são decorrências de um suposto desnorreamento em que se encontram os nossos índios; são sobretudo resultado da manutenção de uma prática administrativa que vem da época dos coronéis, hoje ainda encastelados no ministério do Interior, e que constituem uma espécie de shadow cabinet do ministro Costa Couto. Apoená Meirelles, não obstante a fama de que goza nos meios sarneysistas, pensa igual a um dos tantos coronéis a quem já serviu em gestões passadas da Funai. Acha que a questão indígena é um problema para cuja solução bastaria uma fórmula burocrática, um anteprojeto e um organograma, preferencialmente extraídos dos laboratórios do SNI. Não entende que a questão indígena é um problema político de abrangência nacional, que dá coesão ao sentimento de brasilidade, e que diz respeito à posição que o Estado brasileiro deve ter em relação às 150 micronacionalidades, duzentas mil pessoas — sobreviventes de trezentas nações pré-colombianas, 5 milhões de pessoas que há 500 anos vêm sofrendo de esbulho territorial, assassinatos programados, desculturação forçada e perda de autonomia política.

Esses sobreviventes, que lentamente começam a ver crescer suas populações, querem se reencontrar no seio da nação brasileira como partes de sua história, do seu presente e do seu futuro, mantendo uma autonomia cultural a que certamente têm direitos garantidos por várias constituições brasileiras e por normas nacionais

e internacionais. A Funai e seus presidentes se aborrecem com tantos índios vindo a Brasília exigir a demarcação de suas terras, pedir bens, brindes e dinheiro, ou simplesmente passear. Têm razão. Mas, por sua vez, por que não ativam o seu departamento de Patrimônio Indígena, encarregado de demarcar as terras? O que esperam dessa inação senão a indefinição do reconhecimento da responsabilidade do Estado, dando tempo à continuidade do processo de invasões e falcaturas territoriais sobre as terras indígenas? Por que não têm coragem de impor uma política de responsabilidade para com os índios, acabando com os paternalismos, com as doações e compras de lideranças, mas ao mesmo tempo assegurando-lhes o direito ao seu território e a uma assistência de saúde? Por que não conseguem dizer aos índios e a toda nação brasileira que cada vez mais vale um índio pobre de bens materiais mas rico e feliz no seu território e na sua cultura?

Certamente não conseguem fazer isso porque não têm moral, nem inteligência, nem coragem para tanto. Um órgão que foi criado e controlado por tantos anos pelo segundo escalão dos militares brasileiros, comprometidos com uma política



de segurança nacional autoritária e antidemocrática que via a questão indígena como uma questão de polícia, nunca poderá ter uma visão correta e leal da questão. Supor que um rearranjo administrativo, um aumento nos cofres do órgão e uma figura de presidente que não deva ter sentimento emotivo nem conhecimento de causa em relação aos índios — todas sugestões do sai-mas-não-sai presidente Apoená — é indigno do povo brasileiro, de suas melhores tradições indigenistas configuradas em José Bonifácio e o Marechal Rondon. É uma vergonha para um país, cuja política indigenista já foi considerada um modelo para outras nações do mundo moderno. A responsabilidade pelo patrimônio nacional que são os índios, suas tradições históricas e suas culturas atuais cabe exclusivamente ao mandatário chefe da nação. É uma questão nacional. Será uma prova de sua estatura de estadista a resolução ou não dessa questão. Márcio Pereira Gomes, antropólogo — Rio.